

# ZONA FRANCA DE MANAUS E SUAS TRANSFORMAÇÕES: POLÍTICA, ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E ESPACIAL.

**Jaime Silva dos Santos**, estudante do curso de Geografia ICHL/UFAM  
email: [jaime.hlm@hotmail.com](mailto:jaime.hlm@hotmail.com)  
**Lizamara Araújo da Silva**, estudante do curso de Geografia ICHL/UFAM  
email: [liza.25.2005@gmail.com](mailto:liza.25.2005@gmail.com)  
**Lucas de Oliveira Pantoja**, estudante do curso de Geografia ICHL/UFAM  
email: [lucasmao7@gmail.com](mailto:lucasmao7@gmail.com)  
**Luciana Cosme Maia**, estudante do curso de Geografia ICHL/UFAM  
email: [lucmaia90@hotmail.com](mailto:lucmaia90@hotmail.com)

**RESUMO:** A Amazônia tem recebido incentivos do governo para sua ocupação territorial, desde o fastígio da borracha. Sua migração em grande escala teve seu início com a Política de Integração Social, na década de 1960 durante o regime militar, recebendo o nome de Zona Franca de Manaus como um projeto econômico de desenvolvimento, garantindo a soberania nacional de suas fronteiras e abranger Amazônia. Esse trabalho busca o entendimento do crescimento urbano acelerado e seus impactos à cidade de Manaus.

**Palavra-chave:** Zona Franca de Manaus; Amazônia; Economia; Desenvolvimento; Política.

**ABSTRACT:** The Amazon has received government incentives for its territorial occupation, since the fastigio rubber. His large-scale migration began with the Social Integration Policy in the 1960s during the military regime, receiving the name of Manaus Free Trade Zone as an economic development project, ensuring national sovereignty of its borders and encompass Amazon. This paper seeks understanding of rapid urban growth and its impacts to the city of Manaus.

**Keyword:** Manaus Free Trade Zone; Amazon; Economy; Development; Policy.

## INTRODUÇÃO

A Zona Franca de Manaus é um produto bem sucedido, e modelo de desenvolvimento econômico, fruto da Política de Integração Social no início dos anos de ditadura militar. Foi criada com o objetivo de promover melhorias na integração produtiva e social na região Amazônica, buscando a ocupação da Amazônia Ocidental, onde se encontrava um desequilíbrio regional depois do chamado “Fastígio da Borracha”.

A pesquisa sobre esse projeto de grande proporção e intervenção industrial, comercial e agropecuário chamado ZFM, muito colaborou para uma ocupação desenfreada da cidade de Manaus, ocasionando uma urbanização acelerada, com migração de diferentes grupos humanos em busca de melhorias de qualidade e estilos de vida.

Os levantamentos de dados e pesquisas realizados buscam entender o impacto recebido pela região, em torno das vertentes geográficas que mais contribuíram o

desenvolvimento da cidade e região, tais como: a economia, política, demografia e espacialidade.

## **PROCEDIMENTOS PEDAGOGICOS**

Este trabalho foi conduzido com leituras de artigos atuais, leituras digitais e teóricos relacionados com os assuntos de Geografia: urbana, política, econômica e levantamentos de dados aos Censos Demográficos do IBGE.

## **A PESQUISA**

### **Histórico**

As diferenças geográficas da Amazônia e as dificuldades de acesso são particulares, e com grandes desafios encontrados por aqueles pioneiros que se interessaram pela região, em busca de uma construção de estratégias para o desenvolvimento junto aos seus povos amazônicos. Porém um projeto ambicionado por Getúlio Vargas nos anos 30 com o objetivo de integrar a região com o restante do Brasil, promovendo desenvolvimento regional da Amazônia, foi planejado com políticas e nova configuração no decorrer dos anos 60.

Historicamente o ano de 1930 foi um marco da revolução nacional, onde antes disso o Brasil era um país semicolonial, maior parte da população era agrária, produzindo tudo artesanalmente com maior parte para sua própria subsistência. O início de sua transformação veio da inusitada oportunidade de investimentos, com a depressão mundial dos anos 30, surgindo assim mercado interno, a indústria e o Estado.

As atividades ligadas ao mercado interno cresciam impulsionadas por maiores lucros e atraíam capitais para o setor de exportação. Com a substituição das importações, o Brasil passou a produzir aquilo que importava do exterior. O elemento principal para o impulso foi o crescimento da população e a qualidade de vida das pessoas aumentou. Surgiram novas classes: empregadores e empregados, com novas condutas na sociedade, modificando as relações econômicas conservadoras antes estabelecidas. O país cresceu socialmente e economicamente. Na década de 60 o sistema de produção rural começava a se modernizar, mecanizando as lavouras, e as relações de trabalho aos poucos trouxe a figura do trabalhador rural assalariado.

Com mudanças econômicas ocorrendo, como o aumento da balança comercial causado pela borracha amazônica, Vargas começa implantar mudanças como: modernização do sistema de transporte fluvial, serviço especial de saúde pública (SESP), Consolidação da

Companhia Siderúrgica Nacional, chegando assim a Amazônia como grande contribuinte da indústria base da Era Vargas.

Em 1953, criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e um plano emergencial para o biênio 1953-1954, buscando fomentar as atividades produtivas regionais com a preferência na produção extrativa mineral, agricultura, industrialização de matérias primas regionais e assim estabelecendo um plano viário para a região.

A política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia começou com a criação da ZFM, pela Lei 3.173/57, já no período do regime militar com uma finalidade geopolítica de proteção da soberania junto à imensa região amazônica e consequentemente integrando-se ao restante do país. Idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva. Assim a ZFM consolidou-se com um formato de modelo econômico produtivo, com a garantia efetiva do direito ao Trabalho em uma região de grande importância nacional. Após 10 anos de sua criação, o Governo Federal, por meio do Decreto de Lei nº 291, define a Amazônia Ocidental tal como ela é conhecida, abrangendo os seguintes Estados: Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, com o objetivo de incentivar a ocupação da região e elevando a segurança para a manutenção de sua integridade. Depois de um ano o Decreto de Lei nº 356/68, o Governo Federal estendeu parte dos benefícios do modelo ZFM a toda a Amazônia Ocidental.

A SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus, que administra o modelo, a partir de 1989 passa abrigar em sua jurisdição sete Áreas de Livre Comércio (ALCS), como o objetivo de desenvolver os municípios que são fronteiras internacionais da Amazônia integrando-os com o Brasil, estendendo assim alguns benefícios do modelo ZFM. A ZFM pode ser detalhada historicamente em quatro fases distintas até chegar a sua fase atual.

Primeira fase, de 1967 a 1975, onde se estimulava à substituição de importação de bens finais e formação de mercado interno, que era a caracterização industrial principal do país. Segunda fase, de 1975 a 1990, a política industrial no país tinha a característica de adoção de medidas que fomentasse a indústria nacional de insumos, sobretudo no Estado de São Paulo. Terceira fase, de 1991 a 1996, entrou em vigor a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, marcando a abertura da economia brasileira com redução de Imposto de Importação para o restante do país e ênfase na qualidade e produtividade, a implantação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PB PQ) e o Programa de Competitividade Industrial. Assim a edição da Lei 8.387 em 30 de dezembro de 1991, provocou mudanças no modelo ZFM. Quarta fase, de 1996 a 2002, onde a política industrial no país adaptava-se aos

cenários de uma econômica globalizada e ajustes vindos do Plano Real, juntamente com um movimento de privatizações e desregulamentação. Atualmente entrou em vigor a Política de Desenvolvimento Produtivo com um aprofundamento da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), prevendo uma eficiência maior na produção e capacidade de inovar das empresas e expandir as exportações.

A ZFM compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O industrial é considerado a base de sustentação da ZFM, e possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia gerando meio milhão de empregos diretos e indiretos.

### **Economia e Política**

Localizada no centro da Amazônia brasileira, a cidade de Manaus tem uma história econômica com êxitos e decadência. Primeiramente o que se conhece da história econômica da cidade de Manaus era a coleta de drogas do sertão (cacau do mato, canela, cravo, baunilha, guaraná, castanha, pimenta, urucum), já que a cidade pertence à região amazônica, sendo que quem extraía essas especiarias eram os indígenas da região, que na época eram escravizados pelos europeus, os quais exportavam o que era coletado. Que foi considerada por Barbosa (ano) uma atividade com finalidade comercial, inicialmente adverso à prática de agricultura de subsistência comum entre os indígenas habitantes da Amazônia nos séculos XVII e XVIII.

Em meados do século XIX, a extração do látex da seringueira ganhou espaço e se tornou a principal fonte de economia para a região. Utilizado para a produção de borracha, o látex se tornou um dos produtos mais extraídos e exportados do país na época, sendo que esse êxito não se deu apenas na cidade de Manaus, mas também em cidades do interior do Amazonas e principalmente ao lado de Manaus na cidade de Belém no estado do Pará. Mas com a coleta de sementes feita pelos ingleses que foram plantadas em território asiático especificamente na Malásia, fez com que os preços da borracha caíssem bastante em relação às preços da Amazônia, fazendo com que a economia entrasse numa situação de decadência, já que a localização de Manaus era e continua sendo longe dos grandes centros e sem estradas, sendo apenas ligadas as outras cidades, através dos rios.

O ciclo do período da borracha foi 1870 a 1912 crescendo gradativamente, sendo que alguns anos com baixa e média produção e outros alcançando excelentes números de toneladas. Passado esse período exitoso veio a decadência, com os baixos preços da borracha plantada na Malásia pelos ingleses, veio o declínio, pois a localização deles era mais favorável para a escoarem a produção para a Europa e Estados Unidos a cidade que cada vez mais crescia com o luxo, foi abandonada e sua economia permaneceu estagnada até a década de 40, pois no início da década de 40, estava ocorrendo a Segunda Guerra Mundial e a

necessidade de produção de borracha era necessária, nessa época as plantações da Malásia estavam bloqueadas por causa da guerra, sendo assim recorreram a região amazônica para que produzissem e exportassem para eles, com isso ainda houve esperança de recuperar economia da região onde havia a ideia desde 1912, mas com o fim da guerra em 1945, não havia mais o que fazer, mesmo assim durou até o ano de 1947.

Após o período da borracha, onde houve períodos altos e baixos da economia, como por exemplo, a sua estagnação que durou décadas, a região era considerada até mesmo inexistente. Com a distância geograficamente de outras cidades, não era possível perceber a amplitude da crise pós-ciclo da borracha, mas para a população local a situação era complicada, pois junto ao governo federal e governo estadual não haviam encontrado uma maneira de sair dessa situação de crise econômica. Mas a crise pós-ciclo da borracha estava com os dias contados, pois na década de 60 ela chegou ao fim, especificamente no ano de 1967, com a criação da Zona Franca de Manaus que tinha como objetivo integrar a região ao restante do país não só economicamente com também socialmente. Como diz no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a qual já estaria se contrariando a Lei idealizada pelo deputado Francisco pereira Silva nº 3.173 que classificava a ZFM como Zona Aduaneira, onde não houve êxito. Abaixo o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967:

“Art. 1º. A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

Art. 2º. O Poder Executivo fará demarcar, à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, uma área contínua com a superfície mínima de dez mil quilômetros quadrados, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores, na qual se instalará a Zona Franca.

Parágrafo 1º. A área da Zona Franca terá um comprimento máximo contínuo nas margens esquerda dos rios Negro e Amazonas, de cinquenta quilômetros a jusante de Manaus e de setenta quilômetros a montante desta cidade”.

Através desse decreto tornou-se obrigatória a implantação da ZFM, onde se concretizou em 1969 abrangendo os 3 setores da economia: primário, secundário e terciário, dando início politicamente ao Desenvolvimento Socioeconômico Regional. Como justificativa de sua existência, o governo da época alegou que a região deveria ser povoada, pois o medo das autoridades da época era que a região poderia ser deserdada. Com isso a cidade deveria ter uma boa de qualidade de vida e infraestrutura de qualidade, para que atraísse força de trabalho e capital, tanto nacional com internacional. Sendo assim, a cidade de

Manaus que carecia movimentar sua economia, vivenciou uma grande explosão demográfica a partir da criação da ZFM, com migrantes vindos de todos os estados brasileiros.

Com a vinda de trabalhadores de todos os estados brasileiros, a economia da cidade de Manaus começou a se movimentar de maneira crescente. Aumentando o PIB (Produto Interno Bruto), que com esse aumento, passou a beneficiar mais famílias, abrangendo dos mais necessitados aos mais estáveis, fazendo com que diminuísse o desemprego e mantendo a economia da cidade estável. Mas mesmo com uma economia estável, a distribuição de renda é altamente desproporcional, fazendo com que cresça ainda mais a pobreza entre a população.

O futuro da ZFM em alguns casos é incerto, uma vez que foi instalada por questões geopolíticas, para povoar o território em que fica localizado. Pois sempre há conferências nacionais, para sua prorrogação ou desinstalação. Mas na última que foi realizada em Brasília na sessão no plenário do Senado Federal, onde prorrogou por mais 50 anos a sua existência, já que é o que movimenta economicamente e politicamente a região.

### **Demografia**

Desde o fim do século XIX a Amazônia é centrada de incentivos do governo no que diz respeito ao povoamento que é alcançado via mão-de-obra. No transcorrer da economia da borracha grandes contingentes de migrantes vindos do nordeste partiam para a Amazônia ilusionados pela riqueza na qual se pensava haver ao chegar nela, porém, ao chegarem aqui não encontraram nenhum tipo de ajuda por parte do governo.

Os trabalhadores viviam em um regime que se concentrava em servir, sem nunca os mesmos conseguirem quitar suas dívidas, além de viverem sobre uma qualidade de vida muito ruim. Os nordestinos que adentraram ao interior da região amazônica restauraram poucas alternativas e meios para sobreviver, alguns mesmo até morriam nos seringais e outros partiam para as zonas periféricas da cidade de Manaus. Nestas zonas eles vivam na extrema pobreza.

No transcorrer dos regimes militares do século XX, o progresso era o principal alvo a se chegar e, para se conseguir chegar, a floresta, ou seja, a fauna deveria ser derrubada, a Amazônia deveria ser povoada e estradas serem abertas desbravando a região. Na década de 1970 as consequências advindas das políticas de integração nacional e desenvolvimento regional foram trágicas, tanto no que tange a dimensão social, como no que tange a ecologia. Houve uma ocupação urbana bem desordenada (Figura 1), ou seja, sem qualquer planejamento, além da exploração da natureza.

Nessas políticas de integração nacional no qual era famosa a frase “Integrar para não entregar” deu-se prioridade ao crescimento econômico da região, todavia, no que tange o

desenvolvimento a estratégia de ocupação da Amazônia foi bastante limitada, com um claro aumento da pobreza além da devastação da natureza. Essas políticas foram precisas para ocupação da Amazônia (no nosso caso, Manaus), porém, não foi planejado o grande contingente populacional migratório. A Zona Franca de Manaus, criada em 1967, foi uma dessas políticas de povoamento e integração da Amazônia, pois a Amazônia Ocidental concentrava um grande isolamento com o declínio da economia da borracha. Com o grande crescimento da cidade de Manaus a situação se tornou paradoxal. Manaus é hoje a sétima maior cidade brasileira em população, além de ser uma das mais ricas do Brasil graças à Zona Franca, porém, grande parte da sua população vive na pobreza, resultado de um grande fluxo migratório para a cidade que cresceu sem qualquer planejamento.



*Figura 1: Ocupações desordenadas na cidade de Manaus.  
Foto: Yago Ferreira, 2011.*

O estado brasileiro errou novamente, assim como nas políticas de ocupação do século XIX: modelos com alta concentração de renda e que acabaram por gerar grandes problemas sociais. A riqueza da borracha trouxe uma rápida urbanização para a cidade de Manaus, assim como a zona franca acarretou no crescimento econômico do município. Assim como as belas e harmoniosas edificações da época áurea da borracha destoavam dos pequenos casebres da época, a modernização da cidade causada pela ZFM também contrasta com as palafitas à beira dos igarapés e grande parte da população vivendo nas periferias.

Houve de fato uma grande urbanização, industrialização, progresso do setor de serviços, de modo que aumentou a demanda por esses serviços, bem como a infraestrutura urbana. Apesar de todas as falhas das políticas de integração no que diz respeito às questões sociais e ambientais, podemos questionar: O que seria da cidade de Manaus e de toda a Amazônia Ocidental sem a Zona Franca de Manaus? E de qual outra maneira esse desenvolvimento da região poderia ser traçado? Além disso, o ritmo de crescimento também não seria o mesmo se contarmos o grande contingente populacional vindo do nordeste (fugindo das secas e da miséria). O certo é que Manaus não seria, certamente, uma grande

metrópole sem essas políticas de desenvolvimento mesmo apesar de tantos problemas sociais ocasionados por elas. E a população não para de crescer, em 2010 eram 1.802.014 habitantes, em 2013 já eram mais de 1.980.000, ou seja, em 3 anos a cidade ganhou quase 180 mil habitantes, o que é maior do que a segunda maior cidade do estado, Parintins, que concentra pouco mais de 100 mil habitantes. Na tabela abaixo se nota o grande crescimento populacional da cidade em um pouquíssimo espaço de tempo (Tabela 1).

Região	Capital	1872 <sup>1</sup>	1890 <sup>1</sup>	1900 <sup>1</sup>	1920 <sup>1</sup>	1940 <sup>1</sup>	1950 <sup>1</sup>	1960 <sup>2</sup>	1970 <sup>2</sup>	1980 <sup>2</sup>	1991 <sup>3</sup>	2000 <sup>3</sup>	2010 <sup>3</sup>
N	Porto Velho	...	...	...	...	...	27.244	51.049	88.856	138.289	286.471	334.585	428.527
N	Rio Branco	...	...	...	19.930	16.038	28.246	47.882	84.845	119.815	196.871	252.885	336.038
N	Manaus	29.334	38.720	50.300	75.704	106.399	139.620	175.343	314.197	642.492	1.010.544	1.403.796	1.802.014
N	Boa Vista	...	...	...	...	...	17.247	26.168	37.062	69.627	142.902	200.383	284.313
N	Belém	61.997	50.064	96.560	236.402	206.331	254.949	402.170	642.514	949.545	1.244.688	1.279.861	1.393.399
N	Macapá	...	...	...	...	...	20.594	46.905	87.755	140.624	179.252	282.745	398.204
N	Palmas	...	...	...	...	...	...	...	...	3.288	24.261	137.045	228.332

Tabela 1: Tabelas de censos demográficos das capitais da região norte.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Entre 1970, pouco após o início da instalação da Zona franca, e 2010, recentemente, se nota que a cidade saiu de 314 mil habitantes para 1,8 milhões de habitantes, situação esta que exemplifica perfeitamente o grande crescimento demográfico da cidade causado pela Zona Franca.

### Espacialidade

As cidades são uma das expressões do ser humano. Denota a forma de organização espacial que determinada sociedade possui sobre o espaço que ocupa. Dessa forma, os conceitos sobre cidades podem ser claramente observados na cidade de Manaus com a implantação da Zona Franca.

A Zona Franca em Manaus trouxe consigo várias transformações na malha urbana da cidade no decorrer dos anos. Muitos motivos foram apontados como responsáveis ou consequências dessas mudanças, entre eles, o expressivo crescimento demográfico e a necessidade de maior saneamento básico para os bairros que seriam criados por causa da Zona Franca. Assim:

“As transformações ocorridas nas últimas três décadas deram uma nova cara à cidade, o crescimento populacional traz consigo uma série de demandas sociais e políticas, a ampliação da violência urbana é visível, a elevação da temperatura urbana é sentido pelos habitantes, o transporte urbano é problema latente nas últimas décadas, o fornecimento de água potável para a população apesar da adoção de medidas estruturais ainda é um precário, a malha viária está comprometida apesar da criação de grandes complexos viários” (ANDRADE, 2012).

Antes da ZFM chegar a Manaus, Belém, capital do Pará era considerada a metrópole e cidade mais desenvolvida da região Norte. Exercia uma força centrípeta em relação aos outros estados por ter nela uma economia mais desenvolvida em relação às outras cidades. Essa hegemonia foi perdida com a instalação da ZFM, fazendo com que Manaus exercesse, nesse momento, o papel de cidade mais atrativa em termos de emprego, e, com isso, o fenômeno de êxodo rural se acentuara, pois, com esse efeito centrípeta, pessoas ávidas por melhores condições de renda e vida esvaziavam cada vez mais o interior do Amazonas.

Corrêa discorre que o espaço urbano pode ser fragmentado, articulado, reflexo social, condicionante social, campo simbólico e campo de lutas (CORRÊA, 1993). E ainda, os processos espaciais são a centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia (CORRÊA, 1979). Dessa forma, fica mais fácil analisar a influência da Zona Franca no tecido urbano da cidade de Manaus.

O espaço urbano fragmentado se manifesta em Manaus em que o Distrito Industrial (DI) se localiza predominantemente na zona leste da cidade, ou seja, ele é um fragmento em relação ao restante da cidade. As indústrias se localizam próximas umas das outras. É um espaço centralizado em termos de urbanidade e também em relação ao estado do Amazonas, visto que não há outro pólo dessa grandeza em outros municípios. Antes da instalação da ZFM, a zona leste não era tão povoada. Ela cresceu bastante pela explosão demográfica causada pelo Pólo Industrial. Os migrantes firmaram moradia nesses bairros muito rapidamente, às vezes, sem planejamento, e isso fez com que essa zona tivesse necessidades de saneamento básico até aos dias atuais. As figuras 3 e 4 mostram como era parte dessa região antes da construção das indústrias e como se estabeleceu a distribuição de algumas fábricas, respectivamente.



*Figura 3: Manaus antes das indústrias.*  
*Fonte: amordebica.blogspot.com*



*Figura 4: Fábricas da ZFM.*  
*Fonte: www.seplan.am.gov.br*

Além de fragmentado, o espaço urbano é articulado. O DI tem ligação com o resto da malha urbana através das vias terrestres. A pavimentação das ruas e avenidas são o claro exemplo dessa interligação com o restante da cidade. Se alguém estiver na zona oeste,

conseguirá chegar, de alguma forma, ao DI. Toda cidade precisa ter planos de mobilidade urbana. Esse é um dos maiores desafios que Manaus ainda enfrenta. Por mais que haja ônibus e vias que se interliguem com todo o restante da cidade, é necessário analisar se esta realmente supre a demanda da população.

O espaço urbano de Manaus é também reflexo e condicionante social. A zona leste, não por determinismo, tem, como a maioria dos seus habitantes, os migrantes pós implantação da ZFM, ou seja, esta se configura uma das zonas de expansão da cidade. A condicionante social é revelada pelos meios de produção que os moradores usam para seu sustento. As indústrias abrigam grande número dos trabalhadores. O comércio também é bastante forte e o setor de serviços públicos e particulares possui expressivos números de funcionários.

O campo simbólico se apresenta em que para cada morador da cidade, o seu lugar de trabalho, moradia, lazer e demais atividades recebe um significado afetivo que lhe causa prazer, desgosto, conforto ou outras sensações. Esse campo simbólico é o valor relativo que cada pessoa atribui para o local em que está relacionado. Um exemplo disso é o desejo que alguns moradores podem ter de se mudarem de bairro e outros, não. O campo de lutas se apreende nas greves e demais conflitos que Manaus sedia pelos mais variados motivos.

Os processos espaciais observados na cidade de Manaus desde a década de 60 ocorreram de forma acelerada. O processo de centralização ocorre da forma de que o DI se encontra centralizado em relação ao resto da cidade. É um centro de indústrias em que ocorre também o processo de coesão. Há muitas indústrias de eletrônicos e eles estão num mesmo local, o Pólo. Assim como empresas de peças, motocicletas, alimentos, dentre outros produtos.

O processo de descentralização ocorreu em Manaus em que o pólo atrativo não se encontra no centro da cidade. As fábricas ocupam espaço demais, e o preço do m<sup>2</sup> é caro. Para isso, os galpões das indústrias se localizariam em partes mais afastadas, com preço da terra mais barato.

A segregação na cidade é latente. As zonas sul, centro sul e oeste são as mais antigas, e são nelas que muitas das pessoas com níveis mais elevados de poder aquisitivo residem. Com a explosão demográfica, essas áreas “novas”, que são as zonas leste e norte, receberam a maioria dos migrantes da Zona Franca. Inclusive muitos dos moradores não possuem ainda seus títulos de terra. Todavia, deve-se ressaltar que essas outras zonas da cidade também receberam muitos moradores desde a implantação da ZFM.

A invasão-sucessão ocorre da forma de “tirar” aos poucos os antigos moradores e o estabelecimento de novas pessoas naqueles locais. Não ocorreu de maneira tão acentuada

como os outros processos espaciais, pois as apropriações irregulares ocorreram em lugares que não havia muitos moradores residentes.

A inércia observa-se no centro da cidade. Monumentos da época do ciclo da borracha e prédios foram tombados como patrimônios históricos. Eles carregam todo o significado e importância na história e são altamente respeitados.

A cidade de Manaus pode ser vista da seguinte forma: bairros predominantemente industriais, outros comerciais, outros residenciais e outros históricos. Todas essas separações evidenciam os tipos de processos espaciais que ocorrem neles e são fundamentais para se entender as transformações e a espacialidade no aspecto urbano da cidade de Manaus após a instalação da Zona Franca.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É visível todas as transformações ocorridas com a instalação do Pólo Industrial de Manaus. As mais destacadas são justamente as de ordem demográfica. Muitos dos migrantes vieram exclusivamente para trabalhar na Zona Franca, pois ela se constituía num lugar de muitas oportunidades de emprego. Nordestinos, paraenses, e profissionais de outros países foram atraídos pela enorme oferta de trabalho oferecida pela ZFM.

Porém, nem tudo são vantagens. Com os altíssimos índices demográficos, a marginalização, êxodo rural, precoce inchaço urbano trouxeram muitos prejuízos. Ao invés de se preparar a cidade para o recebimento desse projeto econômico, com mais escolas, um sistema de saúde que atendesse a essa nova demanda, saneamento básico e moradia, as pessoas cada vez mais se instalavam em locais de difícil acesso, sem água, luz, segurança e transporte coletivo, fazendo com que a população em geral, sofresse com essa expansão sem planejamento e execução devida.

Todo esse processo de implantação da Zona Franca de Manaus contribuiu para a mudança da configuração espacial da cidade. A paisagem foi mudada rapidamente. A economia, demografia, política passaram por mudanças bruscas. É evidente que o Pólo Industrial da Zona Franca acarretou muitos prós e contras. Porém não se pode negar nem a enorme geração de emprego, nem a marginalização de outras pessoas.

Apesar das falhas nas políticas de integração sejam elas à área social ou ambiental, a Amazônia ganhou em crescimento, porém não há conclusões exatas, mas muitas questões a serem pensadas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuelle Silva. **Desenvolvimento Urbano local: O caso da Zona Franca de Manaus.** Revista Brasileira de Gestão Urbana. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 33-42, jan/jun 2009. <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/urbe?dd99=pdf&dd1=2646>> acesso em: 27 de julho de 2014 às 21:30 hs.

ANDRADE, Aldair Oliveira de. **Fluxos migratórios e o agravamento dos problemas sociais e ambientais da cidade de Manaus.** In: VI Encontro Nacional da Anppas. Belém – PA, 18 a 21 de setembro de 2012. <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT14-755-785.pdf>> acesso em: 27 de julho de 2014 às 22:00 hs.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano: Notas teórico-metodológicas.** \_GEOSUL. No. 15· Ano VIII· 1º semestre de 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Processos Espaciais e a Cidade.** In: Revista Brasileira de Geografia. 41(3) 100-110, Rio de Janeiro, jul/set 1979.

SILVA, Rubens Alves da. **História da implantação da Zona Franca de Manaus como processo de integração do Brasil.** S/D <<http://www.fdsu.edu.br/site/posgraduacao/dissertacoes/272.pdf> > acesso em 28 de julho de 2014 às 00:17 hs.